



>> Amigos, amigos, negócios à parte. Ou nem por isso...

Quando penso que o meu país já não me consegue surpreender com escândalos de má gestão de dinheiro públicos, com fraudes de milhões, com contratos adjudicados aos amigos e/ou familiares, sem critério ou honestidade concursal, logo sou banhado pela dura realidade.

Uns atrás dos outros, num vórtice avassalador de acontecimentos, os escândalos de corrupção sucedem-se, sem escolher cor nem ideologia partidária.

Vejo governantes, titulares de cargos políticos, responsáveis por instituições e outros que tal vociferar ferozmente que é preciso combater essa praga do século, esse monstro invisível, oculto, encoberto, que tanto debilita a economia e as relações socioeconómicas – a corrupção.

Vejo a criação de comissões parlamentares atrás de comissões parlamentares para se escrutinar os casos de gestão danosa, para não dizer ruínosa dos gestores públicos e outros negócios, no mínimo questionáveis.

Vejo programas de *compliance* para aplicar aos colaboradores de tudo quanto é empresa ou instituto público.

Vejo a criação de planos de prevenção da corrupção para as instituições públicas, também estes com a finalidade de abranger apenas os colaboradores.

Infelizmente, continuo também a ver escândalos uns atrás dos outros, porque continua a existir uma franja da sociedade que parece não ser suscetível de qualquer escrutínio ou controlo.

Mais grave ainda, vejo também o reconhecimento internacional de que, afinal, a situação do nosso país é de facto preocupante e nada tem sido feito no combate real à corrupção (<https://transparencia.pt/indice-de-percecao-da-corrupcao-2018/>).

Pergunto-me: como foi possível chegar a este estado de coisas? Por muito que matute na questão, por muitos argumentos que encontre, todos entroncam em três aspetos fundamentais.

Não vejo - talvez por falta de vontade alheia - a criação de mecanismos e instrumentos legais realistas e adaptados à vertigem dos tempos modernos e que permitam a investigação rigorosa, eficaz e eficiente deste ilícito penal, porque das comissões parlamentares, teimosamente, pouco ou nada de útil resulta.

Não vejo o reforço da instituição que investiga este tipo de criminalidade, e aqui falo concretamente da Polícia Judiciária, através do fortalecimento com meios humanos e tecnológicos e, acima de tudo, com um quadro legal robusto e garantidor de total isenção, separação e independência face às investidas do poder político.

Mas, acima de tudo, não vejo cometimento verdadeiro com esta luta por parte da nossa classe política que, sistematicamente, vem apregoando aqui e ali, de tempos a tempos, a necessidade premente e urgente de combate à corrupção, mas, não obstante, não realiza a purga necessária nas suas fileiras, dando um claro exemplo de exigência e intransigência, demarcando-se claramente dos seus atores que são, como diria o povo, “apanhados” no lodaçal destas relações perigosas.

Lamentavelmente, tenho de concluir que vivo num país pródigo em embustes, favores e negócios duvidosos entre amigos político-partidários, cujas bandeiras propagandísticas de combate à corrupção não passam de meros exercícios retóricos, baseados numa dialética oca e bacoca, desprovida de qualquer sentido de realidade.